



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

Aos 19 dias do mês de outubro de 2016, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PSD, sobre o Despacho n.º 143/2016;*
- 2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1920/2006 no que se refere ao intercâmbio de informações, ao sistema de alerta rápido e aos procedimentos de avaliação dos riscos das novas substâncias psicoativas - COM(2016) 547 Final - Autora do Parecer: Deputada Luísa Salgueiro.*

1. Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo PSD, sobre o Despacho n.º 143/2016

O Presidente começou por distribuir duas Propostas de Lei para elaboração de Parecer: a PPL n.º 36/XIII (2.ª), sobre as grandes Opções do Plano para 2017, ao PSD, que indicou a Deputada Ângela Guerra e a PPL n.º 37/XIII (2.ª) sobre o Orçamento do Estado para 2017, ao PS, que indicou o Deputado João Gouveia.

O Presidente agradeceu a presença do Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Fernando Araújo, e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado. Deu conta da grelha de tempos, já distribuída a todos os Deputados. Em seguida, leu o [requerimento do PSD](#), que é o objeto da audição, que é temático.

O Deputado Miguel Santos disse que esta audição representa uma oportunidade para o Ministro responder às questões colocadas pelo PSD durante a 1.ª audição obrigatória, realizada no final de setembro, as quais estão relacionadas com o conteúdo do Despacho n.º 143/2016. Na altura, o Ministro procurou desvalorizar o assunto dizendo que havia um controlo da situação e que os resultados melhorariam até ao final do ano. No dia seguinte tomou conhecimento da existência deste Despacho, que paralisa e congela completamente a autonomia dos Hospitais, remetendo a nova despesa para dívida escondida. Ora isto é contraditório com o referido pelo Ministro na audição anterior e, nas palavras da Deputada Catarina Martins, do BE, este é o Despacho do congelamento e do investimento zero. Numa entrevista a um canal televisivo o Ministro da Saúde considerou o Despacho em causa normal e orientador, contendo recomendações, o que não é verdade. Recordou que os Despachos do anterior Governo, que ocorreram em plena troika, davam autonomia até um certo limite, num deles até 100 mil euros e no outro até um milhão de euros.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

Mencionou as perguntas do PCP e do BE ao Governo, nomeadamente sobre a possibilidade de pôr em causa a prestação de cuidados de saúde, com qualidade e em tempo útil, e sobre os possíveis impactos negativos no funcionamento das unidades de saúde.

O Ministro começou por cumprimentar o Presidente e os Deputados e agradeceu as questões colocadas pelo Deputado Miguel Santos. Considerou estar em condições de referir que no final do ano haverá uma execução controlada, com bons resultados. Na área da política do medicamento haverá melhorias, nomeadamente, maior quota de medicamentos genéricos e maior redução do preço dos medicamentos genéricos em ambulatório, acrescentando que o acordo realizado com o setor das farmácias contribuirá para a sustentabilidade do SNS. Fez referência à melhoria de vários indicadores, destacando os relativos ao maior número de utentes com médico de família, consultas médicas hospitalares, cirurgias, utentes isentos do pagamento de taxas moderadoras e transplantes, não esquecendo a reposição dos salários e a contratação de mais profissionais de saúde. Reafirmou o que disse anteriormente, sublinhando que o Despacho 143/2016 significa uma orientação previdencial, é uma medida prudente.

O Deputado António Sales falou da forte pressão e de um contínuo crescimento da alta despesa em saúde. Estão a ser feitos esforços sérios e responsáveis para combater a despesa e existe rigor orçamental e sensibilidade social. Deu conta de algumas medidas, das quais se destacam a centralização de compras, o combate à fraude através da desmaterialização das receitas, a internalização de serviços no SNS, a contratação de profissionais de saúde, evitando o recurso às empresas de trabalho temporário, e a revisão do preço dos medicamentos. Em seu entender o citado Despacho determina medidas sensatas de rigor orçamental e controla os desvios à execução orçamental e em nenhuma parte do seu conteúdo se diz que não será dada qualquer autorização. Gostaria de saber se o Despacho afeta a atividade assistencial e o que é que originou o seu aparecimento. Em 2016, a prioridade prendia-se com o investimento no capital humano do SNS, questionando o Ministro sobre quais as são as prioridades políticas para o OE 2017. Concluiu recordando os Despachos do Governo anterior e, nessa altura, quer o PSD quer o CDS-PP não viabilizaram a audição extraordinária do Ministro.

O Ministro disse considerar que o próximo orçamento tem a maior dotação orçamental de saúde desde sempre. Seguramente que não será suficiente para repor todo o desinvestimento acumulado em muitos anos, mas o trabalho deste Governo termina no fim da Legislatura e nessa altura responderá perante os portugueses. Referiu a aprovação de um Decreto-Lei em Conselho de Ministros que permitirá que a partir de janeiro se concretizem os Centros de Responsabilidade



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

Integrados, sendo o modelo de gestão hospitalar equiparado ao existente para as USF. Falou da abertura de 684 camas nos cuidados continuados integrados e da assinatura de 64 protocolos com as autarquias, para lançar a maior vaga de construções de centros de saúde e de USF. Na próxima semana o Secretário de Estado da Saúde, em conjunto com o Secretário de Estado da Energia, assinarão um programa de apoio à eficiência energética, no valor de 100 milhões de euros, que será afeto a entidades e instituições do SNS. Até final da Legislatura a preocupação é recuperar, renovar e reequipar, pelo que o lançamento dos Hospitais Oriental de Lisboa e de Évora é importante.

O Deputado Moisés Ferreira informou que o BE votou favoravelmente o requerimento apresentado pelo PSD, não por lhe reconhecer coerência, mas porque o BE preserva a sua própria coerência. Lembrou os Despachos do anterior Governo, que limitavam a capacidade de resposta do SNS e com os quais o BE esteve contra. Entende que não se pode permitir que um Despacho, este ou outro qualquer, paralise o SNS e coloque em causa a prestação de cuidados de saúde indispensáveis, pelo que no caso em apreço reagiu, fazendo uma pergunta ao Governo. Se é verdade que é necessário atingir a sustentabilidade, então deve ser feita combatendo o subfinanciamento crónico, o pagamento de uma série de rendas, que persistem, assim como o desperdício. Perguntou se depois da publicação do Despacho está a ser autorizada a contratação de enfermeiros, ou de outros profissionais, e se unidades hospitalares e centros de saúde que precisem de efetuar pequenas obras de remodelação ou de reabilitação as estão a realizar. Este Governo tomou a medida de reabrir as urgências dos Hospitais de Santo Tirso e de S. João da Madeira, perguntando se está acautelada a contratação de profissionais e de serviços para que essa abertura seja efetiva no dia 1 de janeiro de 2017. Considera positivo o aumento da dotação orçamental da saúde, em 2017, no entanto é necessário fazer mais e canalizar as verbas do orçamento para o SNS de forma a reduzir a despesa com privados. Perguntou o que está a ser feito relativamente às PPP's.

O Ministro referiu que em nenhum momento o Despacho condicionará a atividade normal das instituições de saúde, referindo que no dia anterior foram aprovadas obras de modernização do bloco operatório do Hospital de Santarém. Em relação aos recursos humanos, disse que tem sido feito um esforço para aumentar a contratação de profissionais, nomeadamente de enfermeiros e de médicos. Sobre as questões relativas às urgências dos Hospitais referidos informou que tudo está a ser preparado e acautelado. É importante associar a sustentabilidade financeira à social, mas



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

também é importante dizer que há uma linha de rumo que está a ser materializada em resultados concretos.

A Deputada Isabel Galriça Neto frisou que esta a audição não é sobre o OE 2017. Considera que o CDS tinha razão, porque há meses que vem dizendo que tem aumentado a dívida escondida, que é uma receita de má memória. Discorda da poupança na saúde para garantir o défice, com sacrifício do acesso dos utentes. Não se pode dizer que há sensibilidade social e depois produzir este Despacho, que deixou preocupadas as Ordens Profissionais, bem como a Associação Portuguesa dos Administradores Hospitalares. O CDS alertou que a reposição das 35 horas seria gravosa, que há congelamentos dos investimentos e que estão a ser canceladas cirurgias no Hospital de S. João por falta de anestesistas, representando isto uma dificuldade no acesso. O Ministro tem anunciado investimento, que sabe que não vai pagar. Concorda inteiramente com o investimento em recursos humanos na saúde, mas não percebe como se permite que jovens médicos internos façam mais horas do que aquelas que lhes estão alocadas e assim comprometer a sua formação. Recordou que a Bastonária da Ordem dos Enfermeiros anunciou que não estão a ocorrer novas contratações, e que está em perigo o acesso ao SNS. Pediu ao Ministro que desse uma resposta aos portugueses que sentem que o acesso ao SNS está ameaçado.

O Ministro agradeceu as questões, dizendo que se deve falar de resultados e não estar a repetir argumentos que não têm a ver com a realidade, reafirmando que gostaria de ser avaliado pelos resultados obtidos. Deu conta de estar a ser feita a maior contratação de médicos de que há memória, designadamente de médicos de família, agilizando-se também os concursos. Reconhece que há dificuldades e que os recursos disponíveis são escassos, mas não se podem construir cenários.

A Deputada Carla Cruz começou por referir que o PSD e o CDS-PP têm tentado branquear as políticas do seu Governo, as quais ainda hoje têm consequências, e o exemplo disso é a apresentação do requerimento sobre o Despacho para ouvir o Ministro da Saúde. O PCP aprova sempre os requerimentos a solicitar audições, coisa que a anterior maioria não fazia, rejeitando sempre os requerimentos do PCP. Reafirma a preocupação com as consequências decorrentes da aplicação do Despacho, que poderá comprometer uma resposta de qualidade e em tempo no SNS, daí ter apresentado uma pergunta ao Governo. Perguntou ao Ministro se está em condições de garantir que não está em causa o fornecimento de medicamentos e de material clínico, que os



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

equipamentos são substituídos sempre que necessário e que o doente urgente chegado ao hospital tem o tratamento adequado.

O Ministro manifestou a garantia total de que haverá um normal funcionamento do SNS, sem ruturas. Enfatizou o esforço que está a ser feito no recrutamento de profissionais, mas que ainda está longe de estar terminado, acrescentando que em breve será lançado o concurso de assistentes operacionais.

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados Cristóvão Simão Ribeiro, Maria Antónia Almeida Santos, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Miguel Santos, Luísa Salgueiro, Jorge Falcato, Isabel Galriça Neto, Carla Cruz, Sara Madruga da Costa, Hortense Martins, Luís Vales, Marisabel Moutela, Isaura Pedro, Luís Graça, José António Silva, António Topa, Luís Leite Ramos, Fátima Ramos, José Silvano, António Costa da Silva, Pedro Pimpão e Álvaro Baptista, tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado da Saúde.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1920/2006 no que se refere ao intercâmbio de informações, ao sistema de alerta rápido e aos procedimentos de avaliação dos riscos das novas substâncias psicoativas - COM(2016) 547 Final - Autora do Parecer: Deputada Luísa Salgueiro

A Deputada Luísa Salgueiro apresentou o Parecer sobre a COM(2016) 547, começando por fazer uma nota introdutória, dando conta dos considerandos de base jurídica e do princípio da subsidiariedade e salientando que se impõe «*uma tomada de medidas ao nível da UE, que permitam identificar e analisar as NSP potencialmente nocivas e, caso as mesmas apresentem riscos, criminalizá-las em todos os Estados-Membros. O presente regulamento deve, por conseguinte, ser conjugado com uma da EU, uma vez que ambos os diplomas se destinam a substituir o mecanismo criado pela Decisão 2005/387/JAI do Conselho, concluindo que a iniciativa em apreço respeita o princípio da subsidiariedade*». A terminar, disse que o Parecer sobre a COM(2016) 547 está em condições de ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus.



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

A Deputada Ângela Guerra cumprimentou a Deputado pelo trabalho.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou a Deputada e lembrou que se deve privilegiar a prevenção e aprofundar o combate ao consumo e ao tráfico das substâncias psicoativas.

O Presidente felicitou a Deputada pelo Parecer, colocando os considerandos e as conclusões à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, registando-se as ausências do BE, do CDS/PP e do PEV.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação/vídeo ser acedida no seguinte *link*:

<http://www.canal.parlamento.pt/?cid=1367&title=audicao-do-ministro-da-saude>

Palácio de São Bento, 19 outubro 2016.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 46/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
Teresa Caeiro
Álvaro Batista
António Costa Silva
António Topa
Carlos Matias
Elza Pais
Francisco Rocha
Hortense Martins
Isabel Alves Moreira
José Silvano
Laura Monteiro Magalhães
Luís Leite Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madrugada da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Gouveia
José Luís Ferreira